



## MERCADO DE CAPITAIS

# Em homenagem a José Luís Sapateiro



**Abel Sequeira Ferreira**  
Diretor-executivo da AEM - Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado

Em iniciativa que se aplaude, a CMVM realizou uma cerimónia de homenagem ao Autor do nosso primeiro Código de Valores Mobiliários, acolhendo o seu espólio e dando o seu nome ao Prémio CMVM, agora Prémio José Luís Sapateiro.

A homenagem é justa e no momento em que o mercado de capitais que J. L. Sapateiro sonhou e nos legou volta a estar numa situação de estreita dimensão, suscita reflexão.

A aprovação do código de 1991 criou as condições institucionais para o desenvolvimento do mercado: as Bolsas, até então detidas pelo Estado, passaram a propriedade e administração privada; reforçou-se o sistema de registo, controlo e depósito, e de compensação e liquidação dos valores mobiliários; consagrou-se o regime dos ilícitos de mercado; foi criada a CMVM, entidade independente do poder executivo.

Previamente, em 1985, o Ministro das Finanças Dr. Miguel Cadilhe convidara um conjunto de empresas a cotar-se em Bolsa, com base em incentivos fiscais concedidos às empresas emittentes e aos investidores.

Neste quadro, de que a Lei Sapateiro é peça chave, a partir de 1989, um ambicioso programa de privatizações viria a permitir o crescimento do mercado culminando com a atribuição a Portugal do estatuto de Mercado Desenvolvido em 1997.

Ou seja, fruto de um verdadeiro plano estratégico, o mercado português foi relançado e contribuiu de facto para o financiamento das empresas permitindo que um importante número de grupos portugueses assentasse o seu crescimento no mer-

cado de capitais, igualmente com proveito para uma base alargada de investidores particulares e institucionais.

Vinte e cinco anos depois, a existência de um mercado de valores mobiliários dinâmico, desenvolvido e com espessura contínua a constituir condição essencial do nosso desenvolvimento económico e social, sustentado e equilibrado, e da alteração do modelo tradicional de financiamento das empresas (assente no endividamento) e redução do seu nível de alavancagem, dos mais elevados da União Europeia.

De novo, precisamos de uma Agenda para o Mercado de Capitais; por isso, é importante recordar que já a tivemos, no passado, e já soubemos concretizá-la.

A recente publicação do "Programa Capitalizar", temo-lo dito, constitui uma hipótese de esperança de melhores dias para o financiamento e capitalização das empresas em Portugal.

Assim este Programa possa constituir o ponto de partida de um novo quadro, adequado, coerente, e simples, que promova que:

- as empresas queiram, e tenham condições para, financiar-se através do Mercado;
- os investidores queiram, e tenham condições para, investir nas empresas em causa;
- as estruturas de Mercado (em especial, a Bolsa) adaptem o seu modelo de negócio ao cumprimento da sua função pública de desenvolvimento do mercado e investimento na economia nacional; e
- as autoridades de supervisão ajudem a adequar o edifício regulatório, e a sua própria atuação, ao quadro das necessidades e objetivos da economia real.

Esta, estou certo, seria a melhor homenagem que poderíamos prestar a José Luís Sapateiro. ■

**A Lei Sapateiro foi decisiva para o desenvolvimento do mercado português**